

PRONERA COMO RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA AO PROJETO HEGEMÔNICO E AUTOCRÁTICO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA (PÓS- GOLPE DE 2016 AO GOVERNO BOLSONARO)

Michelle Sena Rosa de Araújo¹

RESUMO

Análise crítica acerca do PRONERA como resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico autocrático, na formação social brasileira, pós-Golpe de 2016.

Palavras-chave: PRONERA, padrão de hegemonia burguesa autocrática, formação social brasileira.

ABSTRACT

The article proposes a theoretical-critical analysis of PRONERA as resistance of the rural working class to the hegemonic and autocratic project in the Brazilian social formation after the 2016 Coup.

Keywords: PRONERA, pattern of capitalist autocratic bourgeois hegemony, Brazilian social formation.

1 INTRODUÇÃO

Os "radicais" terão de decidir de que lado estão: pela continuidade da ordem ou pela revolução social. (Florestan Fernandes, Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina).

Este artigo analisa o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico e autocrático da burguesia capitalista na formação social brasileira pós-Golpe de 2016, considerando as contribuições de Florestan Fernandes para Pensamento Social e Político Brasileiro acerca dos conceitos de capitalismo dependente, autocracia e padrão de hegemonia burguesas capitalistas.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pedagoga (UFMA) doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), mestra em Políticas Públicas (PPGP/UFMA), especialista em Educação do Campo e em Gestão Pública Municipal (UEMA); Pesquisadora do GEPOLIS/DEAB (UFMA), Rede Universitas BR (UERJ), funcionária pública da Rede Pública Estadual do Maranhão, michelle.sena.slz@gmail.com

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O texto está estruturado em dois eixos, a saber: análise teórica e crítica sobre a formação social brasileira, o padrão de hegemonia e autocracia burguesas em Florestan Fernandes e; o PRONERA enquanto resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico e autocrático capitalista no Brasil pós-Golpe de 2016 e o governo Bolsonaro.

2 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, PADRÃO DE HEGEMONIA E AUTOCRACIA BURGUESAS EM FLORESTAN FERNANDES

As formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes complexas e típicas cujo modelo capitalista concreto que vingou e se mantém é o capitalismo dependente. Embora tenha lançado suas raízes na crise do antigo Sistema Colonial e tendo substituído a hegemonia oligárquica tradicional do Sistema Estamental pelo padrão compósito de hegemonia burguesa, o capitalismo dependente não se desvencilhou das relações oligárquicas tradicionais, mantendo características patrimonialistas e de uso autocrático das instituições democráticas na América Latina.

De acordo com Florestan Fernandes (1975), sob o novo padrão de hegemonia burguesa, as classes dominantes latino-americanas têm se reorganizado, modernizado e recomposto o seu padrão de dominação historicamente, aceitando formas de associação privilegiadas com outros grupos e subgrupos das classes dominantes e setores intermediários, em regra, constituídos por agentes econômicos estrangeiros (capital internacional), comerciantes e profissionais liberais. Tal associação tem fortalecido o processo de superprivilegiamento, em que os privilégios internos e externos da classe dominante subordinada à burguesia hegemônica internacional são mantidos às custas da sobre exploração e expropriação capitalista de setores assalariados (classe trabalhadora) e destituídos da população (os “condenados do Sistema” a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial, ocasional, à pobreza, à miséria, à marginalidade, à exclusão socioeconômica, cultural e política etc.).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O padrão de hegemonia burguesa nas formações sociais latino-americanas, que é um produto do caráter dependente e subdesenvolvido da economia capitalista, permanece inalterada (monolítica). Esse padrão de hegemonia tem essa característica monolítica, pois busca salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos, que se perpetuam mediante a apropriação do excedente econômico nacional, e estimula uma racionalidade capitalista conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade e a iniciativa privadas, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político das classes dominantes.

Nesse “arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista” (FERNANDES, 1975, p. 33), a sociedade de classes possui uma estratificação típica em que a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes extratos sociais, condicionando os processos de concentração social de riqueza, de prestígio social e do poder (sobretudo o poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e suas funções), além dos mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais.

Historicamente, o superprivilegiamento das posições de classes dominantes tem demonstrado tendências autoritárias e autocráticas que, segundo Florestan Fernandes (1975), demonstram que a tentativa de conciliar o irreconciliável criou certas tendências típicas da América Latina e culminou numa crise crônica das instituições políticas. Tal crise política provocou, em primeiro lugar, persistentes e fortes pressões das “classes baixas” e por vezes também das “classes médias” (classes trabalhadoras) contra os privilégios econômicos, socioculturais e políticos; em segundo lugar, as “classes altas” e “médias” (classes dominantes) a enrijecer os controles políticos, numa reação extrema de autodefesa do seu processo de dominação política e econômica que acabou se institucionalizando.

Portanto, Florestan Fernandes (1975) diz que é impossível introduzir regras democráticas se as classes sociais aceitam a ordem social competitiva que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

favorece a continuidade das desigualdades sociais e a rejeitam onde a democracia admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes sociais, pois enquanto o superprivilegiamento prevalece, o resultado aparece em sistemas de governo aparentemente democráticos que transformam a dita “democracia participativa ampliada” em uma variante da democracia restrita das velhas oligarquias.

A exceção à regra autocrática surge onde a classe trabalhadora logra oportunidade de contrabalançar ou desfazer a hegemonia burguesa, pois a tendência predominante das sociedades de classes capitalistas dependentes é de manter o superprivilegiamento de classe, através da constante reformulação constitucional das relações autocráticas e autoritárias. As classes dominantes só fizeram a conciliação de classes quando foram pressionadas pela classe trabalhadora, o que resultou no aparecimento de um Estado democrático, capaz de salvaguardar a democracia e garantir o desenvolvimento com segurança. Porém esse Estado é burguês, típico da América Latina capitalista, que não resolve as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, porque esse Estado concretiza o ideal político de uma democracia circunscrita às classes privilegiadas, dos processos eleitorais e representativos de base e assegura a legitimação constitucional conquistada revolucionariamente para o uso de medidas excepcionais e discricionárias aplicadas em favor da consolidação da hegemonia burguesa em um período crítico de reorganização do capitalismo dependente na América Latina.

No que se refere à relação entre classe e poder, esse “Estado democrático” favorece o superprivilegiamento das posições das classes dominantes e dá continuidade ao modelo de desenvolvimento capitalista por associação dependente. Segundo Florestan Fernandes (1975) nas modalidades mais estáveis esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista, protofascista (LEHER, 2019); nas modalidades mais rígidas de institucionalização da revolução, esse Estado tem características totalitárias e dissimuladamente fascistas.

PROMOÇÃO



APOIO





O Brasil, país latino-americano capitalista dependente, pertencente às formações histórico-sociais latino-americanas sob o governo Bolsonaro, constitui-se em um exemplo de Estado autocrático e autoritário com características protofascistas (ARAÚJO, 2021), neofascistas (LEHER, 2019; BOITO JR., 2023). Para garantir a manutenção do padrão hegemônico burguês, as classes dominantes no Brasil, sob os blocos no poder organizados, diante da crise político-econômica de 2015 a 2016 (BOITO JR., 2023) instauraram o golpe jurídico-parlamentar e midiático (ARAÚJO, 2021; FRIGOTTO, 2018).

De acordo com Boito Jr. (2023) a debilitação das instituições e dos valores democráticos liberais no Brasil começaram a se apresentar no Golpe de 2016 e seguiram durante o governo Bolsonaro que, derrotado nas eleições presidenciais de 2022, rejeitou a credibilidade e legitimidade das urnas eletrônicas. Tal postura autocrática e autoritária do governo derrotado resultou, no início de 2023, na malograda tentativa de mais um golpe de Estado e na intervenção do Judiciário e das Forças Armadas no processo político e eleitoral brasileiro que, deu vitória a Lula da Silva na presidência da República. A pertinente análise de Frigotto (2018, p. 25) explica a postura recorrente à instauração de golpes de Estado pelas classes dominantes na formação social brasileira para vetar resultados eleitorais obtidos por voto popular, como ocorreu no Golpe de 2016 que interrompeu a frágil ordem democrática e o Estado de direito, pois

[...] toda vez que há avanços na conquista de direitos pela classe trabalhadora, por menores que sejam, a classe dominante brasileira, com a violência das armas e pelo arbítrio da violência das leis, promove ditaduras ou desfere golpes de Estado.

De acordo com a análise de Leher e Santos (2023) a força motriz que desencadeou todos os retrocessos da Era Bolsonaro foi o processo do Golpe engendrado pelo bloco no poder cujos substratos históricos possuem suas raízes lançadas sobre o capitalismo dependente e nas manifestações particulares das crises cíclicas do capitalismo mundial. Ademais, a ascensão do governo Bolsonaro trouxe o neofascismo, além dos retrocessos nas conquistas de direitos e importantes

PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

políticas públicas. Conforme destaca Boito Jr. (2023), o governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista podem ser caracterizados como neofascistas (protofascistas), por apresentarem o reacionarismo de massa (característica do regime fascista), demonstrado no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa autoritária à democracia, na defesa da “pureza” e homogeneidade da nação e na defesa dos valores ligados ao patriarcalismo. Leher e Santos (2023) contribuem para essa análise ao postularem que o bolsonarismo preexistente (extrema-direita militante), que ganhou força em 2014, encontrou seu Bolsonaro nas eleições de 2018, contexto marcado por crises sucessivas nas quais a extrema-direita foi assumindo um papel relevante, embora não tenha liderado a preparação e instauração do Golpe de 2016, cabendo ao bloco de poder manejado pelos Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais e às frações burguesas dominantes esse mister. Acerca da complexa relação entre a autocracia burguesa (bloco da classe dominante no Brasil) e o fascismo explicam os referidos autores que a confluência da autocracia burguesia em 2018 com o que denominaram de “lumpesinato bolsonarista”, os seus APHe da extrema-direita e as forças militares é mais explicitamente neofascista do que a que Florestan Fernandes investigou em seus clássicos e que denominou de pré-fascista.

Outra característica do governo Bolsonaro foi o retrocesso das conquistas de direitos sociais e importantes políticas públicas que favoreciam a classe trabalhadora, na área educacional, como é o exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), desativado sob o referido governo, conforme será analisado a seguir.

3 PROENRA COMO RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA AO PROJETO HEGEMÔNICO CAPITALISTA E AUTOCRÁTICO (GOLPE DE 2016 AO GOVERNO BOLSONARO)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado pela Portaria nº 10/1998 e instituído pelo Decreto Presidencial nº 7352/2010,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

constitui-se processo e resultado das lutas e conquistas da classe trabalhadora do campo pelo direito à Educação do Campo com qualidade, em vigência sob tensão durante o Golpe de 2016, foi desativado no governo Bolsonaro pelo Decreto nº 20.252/2020.

Não obstante, o PRONERA tem demonstrado uma contradição em sua dinâmica, característica de políticas sociais implementadas em formações sociais latino-americanas, historicamente conformadas ao sistema de acumulação do capital, cujo Brasil é um exemplo, cuja forma-Estado dos últimos anos tem sido a ultraneoliberal. O movimento contraditório que coloca o Programa como processo e resultado das relações complexas e contraditórias entre Estado e sociedade civil é o mesmo que mostra sua essência e particularidade enquanto conquista das lutas da classe trabalhadora do campo organizada e como estratégia política e pedagógica de enfrentamento à questão agrária, na luta pela terra e por Reforma Agrária. Tal estratégia política e pedagógica se efetiva com o processo de organização, formação política e elevação da consciência de classe *em si* para classe *para si* dos sujeitos do campo, demonstrando o papel da educação como estratégia política da classe trabalhadora por sua emancipação do processo de alienação, exploração e expropriação capitalista. No decorrer de sua gênese, implementação e avanço nas conquistas para a escolarização em todos os níveis dos sujeitos residentes no campo, o PRONERA esteve em contradição com o bloco no poder que opera o agronegócio no campo, podendo ser percebido em alguns aspectos de sua caracterização enquanto política pública oriunda das lutas da classe trabalhadora do campo. O Programa, com o avanço de suas ações, tornou-se incômodo à classe dominante, que não tem interesse em que a classe trabalhadora do campo venha emancipar-se do processo de alienação, superexploração e expropriação ocasionados pelo agronegócio. E o contexto político pós-Golpe de 2016, por intermédio dos governos ultraneoliberais e autocráticos Temer e Bolsonaro, tornou-se mais desfavorável à continuidade do Programa, uma vez que as medidas e ações estatais se caracterizaram pelo processo de descontinuidade de políticas educacionais importantes para a elevação da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

escolaridade da classe trabalhadora, cuja proposta pedagógica contraria aos interesses do capital internacional, na cidade e no território camponês, em que o processo de expropriação do trabalhador de suas terras tem acirrado. Tal contexto político demonstra o que Florestan Fernandes (1975) afirmou sobre as relações entre poder político e as classes sociais em presença, as transformações estruturais da ordem social vigente em que o padrão de hegemonia burguesa se mantém por permitir a criação de novas estruturas de poder por meio das quais as classes privilegiadas restabeleceram o monopólio social do poder a partir do tope da sociedade nacional. Essas novas relações estruturais da ordem social adequaram a legitimação da ordem econômica, sociocultural e política ao privilegiamento de seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe, e inovaram os seus controles sobre o Estado, tornando-os mais efetivos e eficientes para que é aspirado por suas elites dirigentes.

Sob o aspecto do ordenamento jurídico, a referida política educacional logrou muitos avanços, devido a amplitude e força de suas ações, sendo alçada à política de Estado nacional de Educação do Campo sob o Decreto nº 7352/2010. Ademais, tiveram destaque a integração do Programa, em 2004, no Plano Plurianual (PPA), instrumento que assegura a inclusão de uma ação específica no Orçamento Geral da União que, em 2005 teve a inclusão do Programa na previsão de recursos orçamentários para a execução de suas ações e compromisso do Governo, até então, na execução do PRONERA (SANTOS, 2012). Além do Decreto nº 7352/2010, houve a inclusão do artigo nº 33 na Lei nº 11.947/2009 do Congresso Nacional, que autorizou o Poder Executivo a instituir o PRONERA. Há, também, a Lei nº 12.695/2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, que no artigo nº 14 dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo aos professores da rede pública de educação e aos estudantes do Programa. A Lei e o Decreto constituem em avanços no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, pois conferem ao PRONERA o status de política permanente, sendo os referidos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

instrumentos necessários para a continuidade da política educacional no exercício de qualquer governo federal (BRASIL, 2014; SANTOS, 2012).

O início da implementação do PRONERA foi marcado por estratégias de ação política estatal de controle da participação dos movimentos sociais no processo de gestão do mesmo, com o controle de suas ações pelo INCRA durante os períodos de 2000 a 2003, proibiu a celebração de convênios no âmbito do PRONERA sem a expressa autorização da Coordenação Geral de Projetos Especiais, a qual o PRONERA estava vinculado (MOLINA 2003 apud DINIZ; LERRER, 2018). Esse aspecto revela a postura autoritária e autocrática do governo na execução da referida política educacional, inviabilizando a gestão participativa e colegiada do PRONERA no fundamental, naquele período, e impossibilitando a participação dos movimentos sociais no processo de controle social das políticas públicas para além de beneficiários do Programa, como sujeitos políticos e de políticas públicas.

Essa dimensão do PRONERA revela duas características do Estado neoliberal brasileiro, daquele período, que, apesar do reconhecimento formal dos direitos sociais, das garantias e prerrogativas cidadãs, conquistadas com a Constituição Federal de 1988, arrefeceu movimentos sociais por meio de duas estratégias articuladas: a cooptação de lideranças sindicais, com vistas a gerar o imobilismo das bases a partir de implementação de políticas sociais compensatórias subordinadas à lógica do capital e; a criminalização dos movimentos sociais que mantiveram o enfrentamento e autonomia em relação ao Estado (ARAÚJO, 2019). A instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada no Congresso Nacional em 2003, e respectivo Relatório dos Trabalhos da CPMI “da Terra” (2005) são registros evidentes desse processo de criminalização e arrefecimento dos movimentos sociais pelo Estado neoliberal e que traz elementos para análise do embate ideológico, ao fazer o discurso apologético à ideologia da classe dominante e de sua fração ligada ao agronegócio, ao latifúndio e à produção de *commodities*, facilmente encontrados nos relatos do referido documento. Fator que faz dele importante fonte de informações para esta pesquisa, sobretudo nas seções

PROMOÇÃO



APOIO



que se referem aos convênios do PRONERA e ao MST, cuja ação política de ocupação de terras é distorcida pelo Relatório da CPMI da Terra, que denomina o Movimento de grupo econômico violento, invasor de terras produtivas de trabalhadores e pecuaristas, financiado pelos “cofres públicos” em grande medida e com ameaças à paz no campo e ao ordenamento jurídico vigente no Brasil (CPMI, 2005, p. 06 e p. 180).

Ainda, de acordo com Molina (2003 apud DINIZ; LERRER, 2018, p. 259) a gestão participativa e compartilhada do PRONERA, com base no tripé Estado – Universidades – Movimentos Sociais e Sindicais Populares do Campo, que consta no Manual de Operações (PRONERA, 2014), só foi implementada durante o governo neodesenvolvimentista, sob gestão de Lula da Silva (2004), como parte de um conjunto de medidas e ações voltadas para a Educação do Campo, durante o período de 2003 a 2016. Essas ações adotadas, formuladas e executadas estrategicamente pelo Estado, com o objetivo de atender às demandas por políticas educacionais para o campo significaram em avanço e conquistas para as lutas e movimentos sociais do campo, uma vez que a Educação do Campo passou a integrar a agenda governamental. Mas conforme se verá a seguir, essas medidas não romperam com o processo de conformação do Estado ao capital e cujas consequências para o futuro do PRONERA serão colocados.

Tais aspectos da caracterização do PRONERA destacam, por óbvio, sua interconexão com o projeto contra-hegemônico de desenvolvimento para o campo e emancipação humana da classe trabalhadora do campo, com vistas não somente ao enfrentamento, mas à superação do processo de dominação, superexploração, humilhação e alienação do capital, expresso nas relações sociais e econômicas, sobretudo em áreas de assentamento da Reforma Agrária, impostos pelo agronegócio, projeto hegemônico operacionalizado pela classe dominante que obstaculiza a Reforma Agrária e toda a educação que viabilize o processo de emancipação d classe trabalhadora do campo. Trata-se, pois, de projetos radicalmente antagônicos, inscritos nas lutas de classes sociais do Estado capitalista

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em que as classes e frações de classes dominantes que compõem o bloco no poder e a classe trabalhadora que, historicamente, têm disputado o território camponês na formação social brasileira e demonstram seu caráter ideológico, ao expressarem concepções de mundo distintas, as quais interagem em meio às determinações de caráter social, econômico, político e cultural, que se dá no movimento contraditório da totalidade concreta – a sociedade capitalista burguesa. (FERNANDES et al, 2020; POULANTZAS, 2000).

Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão das mudanças havidas na questão agrária brasileira e suas interconexões com o PRONERA, uma vez que aquela ganhará contornos distintos dos períodos de sua gênese (forma-Estado neoliberal, no governo FHC) e de seu processo de implementação e consolidação como política de Estado em 2010, sob égide dos governos neodesenvolvimentistas Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016) – que resultarão na ênfase do seu agravamento, pós-Golpe de 2016 e com a ascensão do governo Bolsonaro em 2019, com a retomada do Estado neoliberal, em sua fase ultraneoliberal e de extrema-direita, com tendências profascistas.

Dentre as evidências mais graves do adensamento da questão agrária brasileira na atual fase ultraneoliberal e ultradireitista, e que tornam patentes a estratégia do governo Bolsonaro de não realizar a Reforma Agrária, está a defesa do uso de armas, da força policial, contra a ocupação de terras, acirrando os conflitos no campo que marcaram 2019 com ações de despejo, violências contra comunidades tradicionais, indígenas, acampamentos e assentamentos. Desse quadro de agravamento da questão agrária, salta aos olhos a retomada da estratégia de criminalização dos movimentos sociais (utilizada na década de 1990 pelo governo FHC) e a defesa explícita das frações de classe do capital agrário, os ruralistas e latifundiários, demonstrando o papel corretivo, controlador e desorganizador das lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais do campo retomado pelo Estado, subordinado aos interesses da classe dominante que opera o agronegócio no campo (FERNANDES, et.al., 2020; POULANTZAS, 2000).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Outra característica da estratégia política de resolução dos conflitos no campo utilizada pelo governo Bolsonaro foi a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia responsável pelo financiamento do PRONERA, por meio de atos normativos, com interrupção de processos desapropriatórios, redução orçamentária e diversas medidas administrativas ao nomear o quadro profissional com posicionamento contrário à Reforma Agrária. Sob a nova direção que anistia aos ruralistas e interrompe a Reforma Agrária, o INCRA passa a atuar somente na sua segunda etapa, que é a legalização de terras desapropriadas e emissão de títulos, com a suspensão e interrupção de processos de compra e desapropriação de terras. O atual Estado ultraneoliberal, de igual modo, interrompe a execução do PRONERA, por Decreto Presidencial e desidratação da linha de financiamento dos recursos orçamentários destinados à política educacional.

Contudo, se por um lado, o capital impõe seu controle à classe trabalhadora, articulado ao Estado (estrutura corretiva, que condensa relações materiais), negando direitos conquistados e minando o processo de democratização brasileira com a retomada da ofensiva de políticas ultraneoliberais, a luta camponesa é ainda mais fundamental e a retomada das estratégias políticas da classe trabalhadora e da ação política dos movimentos sociais antissistêmicos, sendo necessário que as lutas sociais venham renascer das próprias contradições internas.

Nessa perspectiva é importante notar que o próprio conceito de Educação do Campo, formulado na proposta político-pedagógica do PRONERA, que nasce do contexto das lutas sociais pela garantia do direito a uma educação de qualidade e pela Reforma Agrária, possui essa capacidade de resgatar a autoestima e a formação da consciência de classe desses sujeitos, sobretudo por uma educação emancipatória como estratégia política, com raízes na educação popular (LEHER, 2014). Assim, a Educação do Campo, irá contribuir para a construção de uma memória coletiva do resgate da identidade dos sujeitos do campo, ao fortalecer seu sentimento de pertencimento ao segmento social ao qual estão realmente inseridos (CALDART, 2008; COUTINHO, 2009). Outro aspecto relevante é que a formação da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

consciência de classe não é algo espontâneo e necessita de rupturas com as ideologias dominantes. Conforme postula Leher (2014), para que a classe trabalhadora tenha uma formação política, é necessário um ambiente que favoreça a disseminação da cultura proletária, com base na tradição marxista, em sindicatos classistas e autônomos, partidos políticos e movimentos sociais antissistêmicos, uma vez que esse tipo de formação requer o protagonismo de lutas de classes que se afirmem em confronto evidente ao capitalismo. Ou seja, “só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida de suas forças, amplia seu horizonte, desenvolve suas capacidades, ilumina sua inteligência e tempera sua vontade” (GRAMSCI, 1982 apud LEHER, 2014, p. 09). Nesse sentido é fundamental repensar a autonomia e função universitária, bem como o papel intelectual do professor, e das novas formas de organização democrática da universidade e uma outra maneira de dialogar com os trabalhadores para além do diletantismo e proselitismo (LEHER, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórico-crítica propiciou demonstrar que a formação social brasileira historicamente tem se desenvolvido sob o capitalismo dependente, em que as classes sociais dominantes em disputa pelo controle da hegemonia burguesa têm se associado ao capital hegemônico internacional e ao Estado capitalista para manter o processo de exploração e expropriação da classe trabalhadora que luta pela sua emancipação humana sobre o capital.

Nesse sentido, buscou-se as contribuições do PRONERA para o processo de emancipação da classe trabalhadora do campo, uma política pública educacional que, alçada a política de Estado nacional de Educação do campo em 2010, foi desativada em 2020 sob o governo Bolsonaro, por estar em contradição com os blocos no poder da classe dominante que operacionalizam o agronegócio no campo, estabelecendo-se como um projeto contra-hegemônico ao capital.

PROMOÇÃO



APOIO



Demonstrou-se, ainda, que, por ser processo e resultado da complexa relação entre Estado e sociedade civil, o PRONERA possui um aspecto contraditório em sua formulação, que é característico das políticas sociais implementadas nas formações sociais latino-americanas, que é sua conformação ao processo de acumulação do capital, no que se refere à suas relações institucionais com a estrutura de poder político estatal do Brasil.

Ademais, constatou-se que cabe à classe trabalhadora o desafio de seguir na luta pela desfascistização do senso comum, pelos direitos sociais conquistados e sua ampliação, forjando alternativas diante da ofensiva autocrática deixada como desastroso legado do governo Bolsonaro.

Por fim, o atual contexto político, com a vitória democrática de Lula da Silva à presidência do Brasil (2023), apesar de suas limitações e conformações ao capital, com as complexas alianças políticas com setores da burguesia nacional, lança luz sobre a redemocratização das relações políticas e institucionais, constituindo-se um desafio a reconstrução e retomada de importantes agendas e políticas educacionais, como o PRONERA, comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.S.R. Poder político e ação política do MST por educação do campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 245 - 269, 30 abr. 2021.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Relatório de Trabalhos da CPMI “da Terra”. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

BRASIL. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA: Manual de Operações**. Brasília: MDA/INCRA/PRONERA, 2014.

BOITO JR, A. Os Conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 9 - 30, 8 mar. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, A. F. **Do direito à educação do campo: a luta continua!** In: Aurora, Marília (SP), Ano III, nº 05, 2009.

DINIZ, D. F.; LERRER, D.F. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política pública para a democratização do Estado no Brasil. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 259-280, jan./abr. 2018. Disponível em: 17/09/2020.

FERNANDES, B.M. et. al. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – **Artigo DATALUTA**: janeiro de 2020.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975 2ª ed., p.33-122. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Capitalismo-e-classes-na-AmLatFlorestan.pdf>.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: Stauffer, A. B. (org.). **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

LEHER, R. Experiências de lutas em contexto dito pós-neoliberal no Brasil: 2003-2013. *Revista Encuentros Latinoamericanos*, Montevideo, v. 8, n. 2, diciembre de 2014, p. 99-169).

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

LEHER, R.; SANTOS, M.R.S. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. 272 pp.

POULANTZAS, N. **Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, C. A. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

PROMOÇÃO



APOIO

